

# Ressoam os tambores do nacionalismo<sup>1</sup>

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, retomamos a hipótese de que a ideologia nacional é uma dimensão estrutural do Estado burguês e, desta forma, do modo de produção capitalista. Em decorrência, as crises desta ideologia se manifestam sob a forma de nacionalismos. No plano teórico, a principal inspiração é a obra de Nicos Poulantzas, a partir da qual procuramos desenvolver conceitos por conta e risco. A referenciação empírica, longe ser exaustiva, e sistemática, visa despertar a atenção para a enorme diversidade de nacionalismos neste início de século, suas relações com a atual fase do imperialismo e a importância que muitos deles adquirem para o instável equilíbrio de poder no plano internacional. A grande contribuição de Nicos Poulantzas para o desenvolvimento da teoria política marxista, mais particularmente do Estado burguês, exerceu pouca influência direta sobre os extraordinários avanços realizados por intelectuais marxistas ou referenciados pelo marxismo, durante as duas últimas décadas do século XX, no estudo de nações e nacionalismos. O principal objetivo desta comunicação é destacar a importância das abordagens poulantzanas para a análise de questões nacionais que eclodem no presente século.

**Palavras-chave:** Estado burguês; Nacionalismo; Imperialismo; Poder; Ideologia.

<sup>1</sup> Este artigo é versão redefinida da comunicação apresentado no XXI Encontro Nacional de Economia Política, realizado na Universidade Federal do ABC – Campus de São Bernardo do Campo - em 03/05/2016.

<sup>2</sup> Departamento de Política da PUC-SP. Pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; editor da revista *Lutas Sociais*; autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

**Abstract:** In this paper we return to the hypothesis that the national ideology is a structural dimension of the bourgeois state and thus the capitalist mode of production. As a result, crises of this ideology are manifested in the form of nationalisms. Theoretically, the main inspiration is the work of Nicos Poulantzas, from which we try to develop concepts for risk. Empirical will reference, far from being exhaustive and systematic, aims to awaken attention to the enormous diversity of nationalisms this century, its relations with the current phase d of imperialism and the importance that many of them get to the unstable balance of power in the plane International. The great contribution of Nicos Poulantzas to the development of Marxist political theory, more particularly of the bourgeois state, exercised little direct influence on the extraordinary progress made by Marxist intellectuals or referenced by Marxism during the last two decades of the twentieth century, the study of nations and nationalisms. The main objective of this paper is to highlight the importance of poulantzanas approaches to national issues analysis that hatch in this century.

**Keywords:** Bourgeois state; Nationalism; Imperialism; Power; Ideology.

## Um enigma que se repõe

Em seu célebre texto de 1975, Norberto Bobbio dignificou o clichê sobre a inexistência de uma doutrina (uma teoria?) marxista do Estado, ao mesmo tempo em que tecia grandes elogios à uma velha tradição de estudos institucionalistas. Na época, a avaliação dos estudos sobre nações e nacionalismos poderia ser bem mais democratizada. Era quase consenso que inexistia grande contribuição teórica sobre o tema, insuficiência reconhecida por dos principais conhecedores do estado da arte, em obra publicada apenas dois anos depois do artigo de Bobbio (Setton-Watson, 1977, p.5).

Todavia, bastou meia década para o jogo virar. No “ano mágico” de 1983, apareceram contribuições fundamentais para o estudo de nações e nacionalismos, como, por exemplo, os livros de Benedict Anderson, *Imagined Communities*, e o de Ernst Gellner, *Nations and Nationalism*<sup>3</sup>. Além disso, estes avanços foram marcados por uma relação bem mais complexa entre marxistas, não marxistas e mesmo antimarxistas inveterados. Basta mencionar que Gellner teve seu conceito de nação adotado por Hobsbawm e manteve excelentes relações intelectuais com um importante marxista (de viés nacionalista) escocês, Tom Nairn.

Nova ironia da História: na década de 1980, já havia uma forte presença da teoria marxista do Estado graças, em grande parte à influência da obra de Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, publicada em 1966. Todavia, por motivos que sinalizei em outro lugar (ALMEIDA, 2013, p.18), embora todos os autores mencionados se referissem à importância das relações entre Estado e nações ou nacionalismos, Poulantzas não foi citado por qualquer um deles.

Tenho apostado no preenchimento desta lacuna por um *motivo* e, neste artigo mencionarei outro. O primeiro é que a obra de Poulantzas, principalmente em *Poder político e classes sociais*, apresenta contribuições notáveis para a conceituação de Estado-nação, bem como para o lugar deste no conceito de modo de produção capitalista. É o caso, especialmente, da análise de duas determinações da estrutura do Estado burguês sobre as relações de produção: o chamado efeito de isolamento, ou seja, o processo de constituição dos agentes da produção como indivíduos sujeitos livres, iguais e competitivos; e o de

---

<sup>3</sup> No “ano decisivo” de 1983, Hobsbawm publicou, na coletânea *A invenção das tradições*, que co-organizou com Terence Ranger, um ensaio no qual antecipa algumas de suas teses principais sobre o tema (Hobsbawm e Ranger, 1997). Todavia, como o texto não se destina centralmente a uma análise de nações e nacionalismos e o grande livro de Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1870*, aguardaria mais sete anos para vir a público, não lhe atribuo o mesmo destaque. Mas observo que Benedict Anderson reescreveu *Imagined Communities* (B. Anderson, 1991) e, a partir de agora, refiro-me a esta segunda versão.

representação da unidade, por meio do qual o Estado, no mesmo movimento em que “atomiza” as classes em uma pluralidade de indivíduos sujeitos, os aglutina em uma comunidade cuja soberania se expressa, interna e externamente, no próprio Estado (agora, um Estado-nação).

O segundo motivo tem a ver com o mundo do pós- Guerra Fria, ou seja, um período posterior ao da produção de todos os textos mencionados acima. Em geral, os que escreveram no “no ano mágico” dos estudos sobre o tema, consideravam que o nações e nacionalismos estavam condenados a um breve desaparecimento ou, no máximo, sobreviveriam sem grande relevância política. Em contrapartida, Poulantzas, ao escrever, em livro publicado sete anos antes, sobre a “a fase atual do imperialismo”, defendia ardorosamente a tese de que os Estados-nações estavam longe de perder importância. Ao contrário, embora redefinidos, eram decisivos para as novas modalidades de reprodução do capitalismo no plano internacional.

Talvez o fundamento desta diferença se encontre na teorização mais refinada de Poulantzas a respeito dos estreitos vínculos entre Estado-nação e reprodução das condições político-ideológicas relações capitalistas. Os grandes teóricos das nações e nacionalismos silenciaram a este respeito. E, em contrapartida, os teóricos da globalização tiveram um imenso déficit em relação aos dispositivos de estruturação do poder político e ao papel que desempenhavam no tocante às relações de opressão e exploração capitalistas.

É levando em conta esta complexa trajetória teórica que impulsionou o desenvolvimento dos estudos sobre o fenômeno nacional que farei um breve apanhado de alguns importantes tipos de questões nacionais que persistem ou emergem no pós-Guerra Fria, período marcado por forte expansão do capitalismo em escala planetária. Espero que, mesmo longe de ser exaustivo, este conjunto de referências contribua para a crítica às teses globalistas, como, por exemplo, as defendidas por Antonio Negri (2001) acerca do fim ou da irrelevância de nações e nacionalismos.

Com este objetivo, parte-se fundamentalmente de teses sobre o Estado burguês apresentadas em *Poder político e classes sociais*, *As classes sociais no capitalismo de hoje* e, secundariamente, em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, apresentamos algumas formulações teóricas a respeito das diferenças e relações entre ideologia nacional e nacionalismos, o que já significa um desdobramento das teorizações do próprio Poulantzas.

## Ideologia nacional, nacionalismos e variantes ideológicas

Em termos mais abstratos, pode-se afirmar que a ideologia nacional tem um peso importante no processo de desorganização do proletariado como classe antagônica à exploração e à dominação burguesas.

Nacionalismos podem eclodir tanto no interior de formações estatais nacionais como em formações sociais pré-capitalistas. No primeiro caso, materializam a percepção ideológica de que o Estado falha, de algum modo, na tarefa de zelar pela integridade da comunidade nacional. No segundo, expressam, em geral, lutas pela constituição de um Estado “próprio”, ou seja, pela autodeterminação nacional. Portanto, nacionalismos aspiram à “plena” e “autêntica” constituição ou reconstituição desta comunidade específica, a nacional.

Onde “seu” Estado-nação é um projeto, o nacionalismo luta para criar este que é o ponto máximo do afloramento da comunidade nacional. Onde tal Estado já se constituiu, o nacionalismo manifesta, no plano interno, o mal-estar de parcelas da sociedade por não se sentirem devidamente incluídas na comunidade nacional ou, ao contrário, o sentimento de que uma parcela que pretensamente faz parte desta comunidade constitui um corpo estranho cuja presença deve, de algum modo, ser eliminada.

Neste sentido, pode-se conceituar ideologia nacional como a representação de uma comunidade constituída por individualidades iguais e competitivas, cuja soberania se expressa em “seu” Estado. Se levarmos esta tentativa de conceituação às últimas consequências, concluiremos que ela produz forte interpelação no sentido de nacionalizar os portadores da força de trabalho.

Tanto no que se refere à ideologia nacional como ao nacionalismo, estamos às voltas com variantes ideológicas, cujo conceito remete, ao mesmo tempo, à autonomia relativa da ideologia nacional (como, aliás, de qualquer outra) e ao conteúdo concreto que diferentes classes, frações de classe, camadas e categorias sociais lhe imprimem (Almeida, 2014: 87). Isto permite uma dupla possibilidade de avançar no estudo das ideologias, em particular da ideologia nacional. Por um lado, tenta-se examinar variantes populares ou mesmo proletárias da ideologia burguesa. No que nos interessa mais de perto, da ideologia nacional. Por outro lado, abre-se a perspectiva de apreensão de uma importante diferença entre a matriz da ideologia nacional e as diferentes modalidades de apropriação dela por esta ou aquela fração burguesa.

O principal objetivo desta distinção consiste em evitar uma dupla unilateralidade. A primeira consiste em reduzir a ideologia nacional a uma única classe (a burguesia); a

segunda em apagar a determinação estruturalmente burguesa dessa ideologia (Id., *ibid.*). Apesar do caráter fundamentalmente burguês da ideologia nacional, nem sempre é a variante burguesa que a expressa em sua “pureza maior”. Em geral, como Hegel (1973: 270 e ss.) intuiu genialmente, é a burocracia de Estado. E Poulantzas, na contramão de certos esquematismos marxistas, demonstrou que o traço comum aos processos revolucionários burgueses inglês, francês e alemão foi precisamente a fragilidade da participação da burguesia. Ou nos termos do próprio autor, “*a ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia conduzir a bom termo, a sua própria revolução*” (1986, p. 178, grifos dele). Um processo análogo ocorre com a relação entre burguesia (e suas frações) e a ideologia nacional.

### **Nações e nacionalismo na atual fase de transnacionalização do capitalismo**

A expansão capitalista não condenou nações e nacionalismos à irrelevância (caso contrário é preciso avisar principalmente aos chineses). Nesta virada de século, convivemos com megaprocessos de acelerada constituição de formações estatais nacionais. Se chegarão a bom termo (e para quem), é uma questão em aberto.

Um dos imensos méritos de Poulantzas consistiu em negar, com bastante antecedência, aquela abordagem apocalíptica. Ele insistiu enfaticamente em que o processo de internacionalização das relações capitalistas “não suprime e não abala os Estados nacionais” nem “tende para a constituição de formas ou instâncias institucionais supranacionais e supra estatais *efetivas*” (1974, p. 78, grifos dele). Ao contrário, “*Estes Estados encarregam-se eles próprios dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação ‘nacional’, a saber, em sua interiorização complexa com a burguesia interior que ele domina*” (id. *ib.*, grifos dele)<sup>4</sup>.

Cabe esclarecer que, neste livro, Poulantzas se volta para a análise do que denomina “nova dependência”, ou seja, as relações entre as formações sociais imperialistas sob a hegemonia da estadunidense, não abordando diretamente as relações de dominação entre as metrópoles e as formações sociais dependentes *tout court*. Mesmo assim, é possível formular a hipótese de que alguns impactos da indução da nova dependência sobre as formações sociais metropolitanas, especialmente na Europa (caso analisado centralmente

<sup>4</sup> No lugar de “burguesia interior”, preferimos a tradução para “burguesia interna”.

pelo autor), são ainda mais profundos (e qualitativamente distintos) em formações sociais apenas dependentes<sup>5</sup>. Destaco dois deles.

Segundo Poulantzas (1974, p. 81), os Estados das formações imperialistas “neodependentes” não se encarregam apenas de suas burguesias internas, mas também “dos interesses do capital imperialista dominante e daqueles dos outros capitais imperialistas, em sua articulação no seio do processo de internacionalização”. Todavia, ainda segundo Poulantzas, “esses capitais ‘estrangeiros’ não fazem diretamente parte, *como tais*, isto é, como forças sociais relativamente autônomas, de cada bloco no poder em questão”, ou seja, nem a burguesia estadunidense nem a alemã e suas respectivas frações “estão *diretamente* presentes como tais no bloco no poder na França” ou o contrário.

Não se trata, aqui, de discutir esta hipótese teórica de Poulantzas em relação às formações imperialistas inseridas no que ele chama de “nova dependência”. Mas, no que se refere à inserção das burguesias imperialistas nas formações sociais latino-americanas, nossa hipótese vai no sentido oposto: elas integram o bloco no poder.

O segundo impacto do processo de transnacionalização do capitalismo não eliminou os Estados nacionais, mas produz modificações importantes, as quais “colocam em causa a conceptualização jurídica da soberania nacional”. Dentre as principais modificações mencionadas por Poulantzas, que centra o foco nas metrópoles imperialistas, menciono, até pela candente atualidade, “o papel que assume cada Estado na repressão da luta de classes no plano internacional (OTAN etc.); [a] “extraterritorialidade das funções e das intervenções de cada, estendendo-se essas nas formações exteriores onde se desenvolve seu capital autóctone” e “as modificações dos próprios sistemas jurídicos internos de cada Estado de maneira a cobrir a internacionalização de suas intervenções” (POULANTZAS, 1974, p. 85).

Os dois aspectos que destacamos produzem forte impacto sobre as formações sociais dependentes, impondo aos seus Estados uma forte sobrecarga na tarefa de, ao mesmo tempo, organizar o bloco no poder e encenar a soberania do povo nação nos planos interno e externo. Eis um conjunto de determinações de importantes questões nacionais no imperialismo contemporâneo. Estas eclodem, sob múltiplas e contraditórias apropriações sociais, tanto em formações metropolitanas como nas dependentes.

---

<sup>5</sup> Em livro posterior, destinado à análise das crises das ditaduras em três formações sociais situadas na periferia do capitalismo europeu (Portugal, Espanha e Grécia), Poulantzas atribui à burguesia interna a direção deste processo de transição e também se refere a burguesias congêneres nas formações sociais latino-americanas (Poulantzas, 1976).

As formulações poulantzianas sobre o imperialismo, rigorosamente teorizado como um novo estágio do capitalismo com profundas transformações nos planos econômico político e ideológico (POULANTZAS, 1974), foram elaboradas em um contexto muito diferente do atual. Basta mencionar a existência da URSS e de importantes partidos comunistas que, de modo negativo ou positivo, a tomavam como forte referência; a inexistência da China como uma espécie de nova oficina do capitalismo; e a nova onda de “reestruturação produtiva” capitalista que foi um dos ingredientes importantes da ofensiva neoliberal. Mesmo assim, Poulantzas, apesar de seu ziguezague teórico-político, percebeu diversos processos que somente hoje ocupam o centro do debate sociopolítico, especialmente junto às esquerdas. Foi o caso, por exemplo, da extraordinária intuição no que se refere às relações entre a nova dependência e o que ele chamou de burguesia interna.

Estas formulações contribuíram para que Poulantzas se diferenciasse para melhor entre os analistas das mencionadas crises das ditaduras europeias no sul da Europa e têm sido bastante úteis em algumas análises do processo político brasileiro contemporâneo. Mas a importância deste conceito é bem mais abrangente. Ele guarda enorme congruência com as análises de Poulantzas que, no fundamental, procuram demonstrar que o processo de internacionalização desigual do capitalismo não eliminou o imperialismo nem as formações sociais estatais-nacionais. Mais ainda: é nestas espacialidades reconstituídas por determinações econômicas, políticas e ideológicas (ou seja, sociais) que a reprodução ampliada do imperialismo encontra seus pontos de ancoragem. Em suma e indo além, Poulantzas não era um globalista e sua obra proporciona contribuições fundamentais para, a partir de suas formulações sobre imperialismo e Estado burguês, abordarmos questões nacionais candentes neste início de século XXI.

## **Internacionalização capitalista e turbulências na ideologia nacional**

A partir do exposto, apresentamos algumas formulações em torno do conceito de Estado-nação, levando em conta, como já fizemos acima, além das determinações econômicas, as político-ideológicas.

A extraordinária expansão capitalista ocorrida no pós-Guerra Fria também se expressou no aumento de Estados-nações e, ao mesmo tempo, de questões nacionais



que constituem, como também já observamos, viveiros de nacionalismos. Estes se nutrem da dificuldade que esta frenética expansão do capitalismo encontra para cumprir uma promessa básica deste modo de produção em cada formação social onde se torna dominante, promessa que, por outro lado, se propaga como se fosse um valor universal: a constituição de soberanas comunidades de *cidadãos* livres e iguais.

Ao contrário do que levaria a supor um raciocínio economicista, esta dificuldade de constituição da cidadania não é exclusiva das insuficiências do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Processos de corrosão da cidadania ocorrem mesmo em formações sociais imperialistas e muitos deles podem contribuir para o “ressurgimento” de nacionalidades marcadas pela atribuição (inclusive autoatribuição) de características distintivas em relação à comunidade nacional. Ou, no sentido inverso, para a reafirmação de uma identidade nacional predominante, mas que se sente ameaçada.

Atualmente, o segundo caso é mais visível, até em razão das grandes correntes migratórias e, quando escrevo este artigo, do drama dos refugiados que se dirigem do Oriente Médio para os países da União Europeia. No outro lado do Atlântico, também neste momento, Donald Trump, pré-candidato a presidente dos Estados Unidos da América, faz furor com o crescente apoio que recebem seus discursos xenófobos, especialmente em relação aos “latinos” e ao Islã. Mesmo importantes líderes do Partido Republicano consideram as mensagens do bilionário estrepente na vida política institucional como expressão da barbárie.

No entanto, Donald Trump poderia, caso soubesse/quisesse, reivindicar importantes apoios intelectuais para as posições. É o caso, por exemplo, do importante cientista político estadunidense Samuel Huntington (2004), morto em 2008. O teórico do “choque de civilizações” era assumidamente nacionalista, percebia a identidade nacional “americana” como profundamente ameaçada pelo padrão de imigração mexicana; discorria sobre os múltiplos determinantes da “erosão da cidadania” nos EUA (e fora deles), alerta para o caráter excepcional da extensão e abertura da fronteira dos Estados Unidos com o México e considera os ativistas islâmicos como os principais inimigos dos EUA<sup>6</sup>.

Já a União Europeia, caso mais avançado de tentativa de constituição de uma comunidade supranacional sob a égide do imperialismo, tornou-se, em aparente paradoxo,

---

<sup>6</sup> Este autor se esforça para distinguir, no que se refere às opções políticas dos EUA, por um lado, nacionalismo, posição que reivindica e que vincula a um conjunto de valores nucleados pela religião; e, por outro, imperialismo e cosmopolitismo (Huntington, 2004: passim).

um viveiro de nacionalismos também, em grande parte, fortemente regressivos. Em cada país membro, surgem movimentos ciosos de uma inatingível pureza nacional (BALIBAR, 1998), que estaria contaminada pela presença de elementos corrosivos, considerados “externos”, mesmo quando se referem a indivíduos-cidadãos nascidos lá. Ironicamente, longe das pretensões expressadas, entre outros, por Jürgen Habermas (2000), de um “patriotismo republicano”, tais nacionalismos estão em vias de constituir, no interior de determinadas formações sociais, cidadanias de segunda linha. Este mesmo tipo de constituição, no plano ideológico, da “cidadania estamentalizada” também se manifesta nas relações entre países imperialistas europeus e apenas dependentes no interior da União Europeia (caso da inglesa ou alemã em relação a poloneses, por exemplo). Em ambos os casos, a cidadania “pós-nacional” se mostra regressiva quando comparada à que pretende superar, ou seja, a nacional<sup>7</sup>. Também na União Europeia, ocorrem importantes atualizações de questões nacionais como, na Espanha, a basca e a catalã; e, na Grã-Bretanha, a irlandesa e a escocesa, regiões de grande desenvolvimento capitalista no contexto dos países onde se inserem. Enfim, na União Europeia, a politização da dívida pública grega sinalizou que existe um forte potencial de luta anti-imperialista na periferia desta “comunidade pós-nacional”, com possibilidade de desdobramentos em Portugal e na Irlanda.

Fora da União, mas ainda em território do “Continente Sombrio”, existe um forte nacionalismo russo (entranhado de contra-nacionalismos) cujas tensões com os EUA (estes diretamente ou por intermédio da OTAN) constituem, no momento, o principal risco de conflito com repercussões em escala planetária<sup>8</sup>.

Sempre sinteticamente, faremos referências a algumas questões nacionais que se manifestam neste início de século XXI fora do campo imediato das grandes potências<sup>9</sup>. Abordemos, em primeiro lugar, nacionalismos no interior de determinadas formações sociais dependentes latino-americanas. Aqui nos deparamos com movimentos de forte composição indígena, os quais, no pós-Guerra Fria, “zeraram o jogo” da questão nacional,

---

<sup>7</sup> Limito-me a mencionar, sem qualquer tentativa de análise, os movimentos autonomistas que atualizam velhas questões nacionais, como a catalã e a basca, na Espanha, ou a irlandesa do norte e a da Escócia na Grã-Bretanha.

<sup>8</sup> A este respeito, ver o artigo do especialista em relações internacionais Zbgniew Brzezinski (2015), ex-assessor do presidente James Carter.

<sup>9</sup> Os limites deste artigo nos obrigam a deixar de lado nacionalismos de fundamental importância para a constituição de Estados-nações, como o da África do Sul e da Índia e China, bem como os que têm, desde a primeira fase da Guerra Fria, solidificado o Estado nacional norte-coreano.

pois não se sentem representados pelos Estados nacionais que lhes foram impostos, mesmo com o acompanhamento do discurso da convivência harmônica. Desta forma, talvez surpreendessem o próprio Lenin, que via a questão nacional como resolvida na América Latina, uma vez que, neste subcontinente já se haviam constituído formações sociais estatais nacionais (MÁRMORA, 1986, p.65).

Uma particularidade importantíssima é que o forte componente étnico não implicou, até o momento, contracionismo. Ao contrário, ocorreu forte articulação entre o etnicismo e os registros nacional e internacional. É o que distingue vários desses movimentos dos nacionalismos de forte componente racista na Europa<sup>10</sup>.

Alguns desses movimentos latino-americanos chegaram ao governo pela via eleitoral, o que foi precedido por intensas lutas insurrecionais. Tais processos contribuíram para dois importantes desdobramentos, todos inscritos, mesmo que de modo refratado, em novas constituições. O primeiro foi a extraordinária ampliação da participação popular na política. O segundo refere-se a uma política de Estado dotada de características anti-neoliberais sob um duplo aspecto: por um lado, contemplavam a melhoria das condições de vida das classes populares, inclusive de comunidades indígenas; e, por outro intensificaram o desenvolvimentismo. (ALMEIDA, 2010, p.11).

Como todo processo, estes não foram isentos de contradições. Onde a participação popular, especialmente indígena, foi mais intensa, como na Bolívia e no Equador, abriu-se uma contradição entre políticas desenvolvimentistas, ou seja, voltadas para o desenvolvimento capitalista sob forte presença do Estado, e as políticas do bem viver reivindicadas pelos agrupamentos indígenas mais interessados em manter sua integridade cultural (STEFANONI, 2010 ; 2016; ZIBECHI, 2010).

O caso da Venezuela é bem mais complexo. A reação da classe dominante foi mais intensa, contando, inclusive com forte adesão dos sindicatos ligados à produção petrolífera. A mais organizada base da chamada revolução bolivariana está no interior do aparato repressivo de Estado, do qual veio, aliás, o principal líder político venezuelano deste início de século. Apesar das intensas políticas sociais implementadas pelo governo de Hugo Chávez, este déficit organizacional entre as classes populares permaneceu elevado. O governo foi derrotado no referendo de 3 de dezembro de 2004 basicamente porque

---

<sup>10</sup> Uma das primeiras e mais importantes expressões da articulação desses três registros foi a realização, em 1996, sob os auspícios do EZLN, do Encuentro Intergaláctico por la Humanidad contra el Neoliberalismo (EZLN, 1996).

faltaram votos dos filiados ao partido bolivariano<sup>11</sup>. A morte prematura de Hugo Chávez, aliada à queda do preço do petróleo constituíram duros golpes para o governo nacional-popular na Venezuela, o qual se encontra, atualmente, em defensiva preocupante.

No pós-Guerra Fria, o Brasil foi cenário de reviravoltas importantes no que se refere à questão nacional. Ao longo de quase toda a década de 1990, esta só foi levada a sério, de modo consistente e organizado, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Este procurou articular, na teoria e na prática, a questão nacional a uma perspectiva internacionalista, especialmente latino-americanista, e conseguiu impor, com a Marcha a Brasília de 1997<sup>12</sup>, a única derrota política sofrida pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

O acerto da política do MST comprovou-se com a extraordinária Campanha contra a ALCA, que mobilizou milhões de pessoas por todo o Brasil e proporcionou uma das raras manifestações de internacionalismo massivo na história deste país, as Marchas Contra a ALCA, em Porto Alegre, durante o II Fórum Social Mundial, em 2002.

Todavia, durante o governo Lula da Silva, a Campanha contra a ALCA foi transmutada em um movimento nacionalista que resultou, sem dúvida, em maior integração deste país com o restante da América Latina (especialmente América do Sul), mas em proveito principalmente de um novo nacional-desenvolvimentismo (BOCCA, 2013, p.59) que beneficiou, em especial, amplos segmentos da burguesia interna brasileira. O próprio MST, com suas bases enfraquecidas pela ausência de reforma agrária e pela atração das novas oportunidades criadas para o subproletariado durante os governos petistas, teve sua atuação restringida nos planos da prática efetiva e mesmo no discursivo. Em uma frase, o potencial anti-imperialismo materializou-se em neonacional-desenvolvimentismo, uma importante versão do nacionalismo na primeira década do século XXI.

A referência a estas novas questões nacionais produzidas no pós-Guerra Fria não pode excluir a menção à persistência de, no mínimo, duas questões nacionais clássicas, ou seja, de povos que lutam pela sua autodeterminação no sentido de constituírem Estados “próprios”: os povos palestino e curdo, situados naquele que talvez, nesta década e meia do século XXI, o cenário geopolítico mais instável do planeta: o Oriente Médio.

O grande problema teórico-político é que as duas questões se desdobram em múltiplas, duas das quais, as menos visíveis, talvez sejam as de maior longevidade: a

---

<sup>11</sup> Pinheiro (2014) e Rosa (2014) apresentam duas análises bem fundamentadas apresentam avaliações opostas do processo de organização popular na Venezuela no atual processo venezuelano.

<sup>12</sup> No seguinte ao massacre de Eldorado dos Carajás.

israelita e turca, que percorreram caminhos inversos. A primeira, sede de um império multiétnico, viu-se praticamente extinta e renascida sob a direção de um movimento nacionalista de caráter ocidentalizante quando findou a primeira guerra mundial. A segunda originou-se nas entranhas do continente europeu e buscou territorializar-se em um espaço que reivindicava como originalmente seu por direito divino.

Os pontos comuns a estes nacionalismos de “nação” opressora são: 1) a opressão de nacionalidades frente às quais a integração é considerada impossível: curdos e palestinos; 2) a decorrente impossibilidade de se consolidar a identidade nacional entre os próprios opressores, os quais buscam apoio em nacionalismos que se tornam tanto mais agressivos quanto mais a instabilidade da região ameaça sua integridade, a começar pela territorial. Portanto, estamos às voltas, neste caso, com quatro questões nacionais de grande contundência e difícil resolução.

Para complicar um pouco mais, o chamado Oriente Médio é marcado por extrema dificuldade de consolidação de ideologia nacional. Desde os anos 60, no bojo dos processos de descolonização de pós-guerra, ocorrem ondas cada vez mais intensas de enfraquecimento das tentativas de constituição de Estados burgueses, mesmo quando dirigidos por governos que se proclamavam socialistas. No pós-Guerra Fria, elas se materializam no ataque a processos de constituição de comunidades nacionais, o que passa, inclusive, pela desativação ou enfraquecimento de razoável quantidade de Estados laicos (ou que marchavam nesta direção).

Neste contexto, o que parece mais consistente, para delícia dos segmentos mais financeirizados do capitalismo mundial, é um punhado de pequenos Estados teocráticos que implementam políticas irresponsáveis no plano socioeconômico e patrocina conflitos militares para os quais não têm como proporcionar qualquer saída minimamente razoável. Dificilmente seriam considerados como nacionais, constituindo misturas de semiescravíssimo com aspectos do que há de mais avançado no capitalismo. No entanto, considerando-se o peso dos Estados vizinhos, a força crescente dos nacionalismos de nação oprimida e o caráter mundialmente estratégico da região, as perspectivas de legitimarem sua existência política não são muito animadoras.

A situação fica ainda mais complicada em razão da presença de um certo tipo de “questão nacional” dotado de alto grau de artificialismo. Refiro-me a movimentos fortemente apoiados por Estados imperialistas com vistas a desestabilizar governos que, mesmo tendo adotado políticas abertamente anticomunistas ou não democráticas tornaram objetos de agressividade por dois motivos principais. Em primeiro lugar, adotaram, em

momentos importantes, políticas nacionalistas contrárias aos interesses das grandes potências. E – como já mencionado, localizam-se em áreas de importância estratégica para os atuais conflitos entre as principais potências militares e, portanto, podem ser objetos de um rearranjo político de caráter global. Foi o que aconteceu com o Iraque em 2003, com a Líbia em 2011 e, agora, com a Síria<sup>13</sup>.

Esta desativação de tentativas de criação de Estados nacionais abre espaço para novos conflitos sectários e, ao mesmo tempo, para a reemergência de lutas nacionalistas, como a do povo curdo que – mais uma ironia da História – vê, exatamente naquela desativação, aumento da margem de manobra para a criação de um Estado nacional. Quaisquer reconfigurações geopolíticas desta região dependem não somente das forças internas a ela, mas também da balança de poder entre as grandes potências. E é altamente provável que, neste processo, nacionalismos desempenhem papel importante, embora não exclusivo. Mais particularmente, as lutas de curdos e palestinos pela autodeterminação nacional, cuja legitimidade só tende a aumentar, apresenta-se como um teste decisivo para a iniciativa política dos Estados que detêm maior capacidade de influência no cenário internacional.

---

<sup>13</sup> Quando escrevo estas páginas, a Síria está praticamente destruída e foi assinado um cessar fogo pelos EUA e a Rússia, mas os embates prosseguem, até porque, além do interesse comum em combater o Estado Islâmico, ambos os países possuem diferentes relações com as forças regionais em conflito. A este respeito, ver Cockburn (201#)

## Conclusão

Não se trata de, na atual fase de transnacionalização do capitalismo, defender uma posição simetricamente oposta à dos globalistas e afirmar que as nações se consolidam e passam muito bem. Até porque esta polarização também teria sido de pouca valia no século XX, em cuja primeira metade havia pouquíssimos Estados nacionais<sup>14</sup>), grandes impérios e fortes perspectivas internacionalistas.

O que se apresenta é um processo extremamente desigual e contraditório. Por um lado, estão em curso tentativas de construção, no curto prazo, de gigantescos Estados-nações; e, por outro, formações sociais nacionais que pareciam consolidadas entram em crise. Ambos os cenários contribuem para que o ordenamento interestatatal mostra preocupantes sinais de instabilidade.

Eis um cenário propício ao desenvolvimento de questões nacionais e decorrentes nacionalismos de vários tipos. Alguns expressam posições abertamente conservadoras e mesmo regressivas. Aí se incluem os nacionalismos classicamente chamados “de nação opressora”.

Todavia, os nacionalismos de “nações oprimidas” não podem ser homogeneamente considerados democráticos ou socialistas, inclusive no que se refere à temporalidade. Alguns podem ser profundamente antidemocráticos antes da construção do “Estado próprio”. Outros, após trilharem lutas democráticas, uma vez constituído o Estado nacional (um Estado burguês), submetem-se às determinações estruturais deste, as quais produzem impactos importantes sobre as relações de classes. Neste caso, forças outrora antissistêmicos convertem-se, total ou parcialmente, em agentes de uma ordem opressiva e exploradora. Outros, enfim, procuram novos meios de articular, na nova ordem, lutas contra a exploração e a opressão nos planos nacional e internacional.

O conteúdo democrático do nacionalismo de nações oprimidas não pode ser tomado isoladamente. É inseparável das lutas de classes nos planos nacional e no internacional, uns e outros marcados por uma forte tendência transnacionalizante do capitalismo.

---

<sup>14</sup> A América Latina era uma exceção, aliás desde a primeira metade do século XIX.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio F. (2010/11). Comunas e soviets: passado e futuro de um poder proletário com muitos nomes e cores. *Lutas Sociais*, 25-6.
- \_\_\_\_\_.(2013). *O marxismo frente a nações e nacionalismos*. Comunicação apresentada no 37º. Encontro Anual da ANPOCS.
- \_\_\_\_\_.(2014). *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC.
- ALTHUSSER, Louis.(1959). *Montesquieu, la politique et l'Histoire*. Paris: PUF.
- ANDERSON, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDERSON, Perry. (1978) *L'état absolutiste: ses origines et ses voies*. Paris, Maspero.
- BALIBAR, Étienne. (1998). Racisme et idéologie. In: BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris : La Découverte.
- BOBBIO, N. 1983. Existe uma doutrina marxista do Estado ?. In: *Qual socialismo?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOCCA, Pedro P. (2013). *Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina*. Dissertação de Metrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. (2015). Russia must work with, not against, America in Syria. *Financial Times*, 04/10/2015. <http://www.ft.com/cms/s/0/c1ec2488-6aa8-11e5-8171-a1968cf791a.html#axzz3nkog5SFW>. Consulta em: 07/10/2015.
- EZLN. (1996). *Ivitación-convocatoria al encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*. [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996\\_06\\_09.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_06_09.htm). Consulta em 10/05/2000.
- GELLNER, Ernst (1983). *Nations and nationalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- HABERMAS, J. (2000). “Realizações e limites do Estado nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto.
- HEGEL, Georg. (1973). *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard.
- HOBBSAWM, Eric. (1991). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ e RANGER, Terence. (1983). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- HUNTINGTON, Samuel P. (2004). *Who Are We? The challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster.



KAUTSKY, K. (1978). “La nacionalidad moderna”. In: BERSTEIN, E. et al., *La segunda internacional y el problema nacional y colonial* (primera parte). México: Pasado y Presente.

MÁRMORA, L. (1986) *El concepto socialista de nación*. México, Pasado y Presente.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. (2001). *Império*. Rio de Janeiro : Record.

PINHEIRO, Jair. (2014). Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana. In : PINHEIRO, J. (Org.). *Marx : crise e transição – contribuição para o debate hoje*. Marília: Cultura Acadêmica.

POULANTZAS, N. (1968) *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.

\_\_\_\_\_. (1976). *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1974). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2 ed. Rio de Janeiro : Zahar.

\_\_\_\_\_. (1978) *L'état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF.

ROSA, Flávia B. (2014). *O movimento operário na Venezuela do século XXI: Dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. São Paulo: Sundermann, 2014.

SETTON-WATSON, Hugh. *Nations and States: an Enquiry on the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Boulder: Westview Press, 1977.

STEFANONI, Pablo. (2010). Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Lutas Sociais*, n. 24.

\_\_\_\_\_. (2016). Cómo se explica y qué significa para Bolivia la derrota de Evo Morales en el referendo por su cuarto mandato. <http://www.lasintesis.com.ar/nota-como-se-explica-y-que-significa-para-bolivia-la-derrota-de-evo-morales-en-el-referendo-por-su-cuarto-mandato-63302>. Consulta em 06/03/2016.

ZIBECHI, Raúl. (2010). Bolivia-Ecuador: el Estado contra los pueblos índios. *Lutas Sociales*, n. 24.